

Rodada Regional de Negociações
COMITE DE COORDENAÇÃO E NEGOCIAÇÕES
19 de agosto de 1986
Montevideu - Uruguai



Asociación Latinoamericana
de Integración
Associação Latino-Americana
de Integração

Autorizada
Fecha

Atribución
Hora

ALADI/CCN.RRN/I/Vt 13
4 de fevereiro de 1987
Hora: 11h 30m às 13h
(2 de fevereiro de 1988)

RESTRINGIDO

ORDEN DO DIA

Programação das atividades do Comitê de Coordenação e Negociações para as reuniões preparatórias do Conselho de Ministros.

Preside:

RAMIRO ANDRADE TERAN

Assistem: Ricardo Oscar Campero, María Esther Bondanza, Horacio Doval e Fernando Daniel Escalona (Argentina); Alfonso Revollo, Isaac Maidana Quisbert e René Jordán Pando (Bolívia); Fernando Paulo Simas Magalhães, Armando Sérgio Frazão e Marcos Leal Raposo Lopes (Brasil); Ramiro Andrade Terán e Augusto Zuluaga Salazar (Colômbia); Juan Guillermo Toro Dávila, Guillermo Anguita Pinto e Miguel Angel González Morales (Chile); Juan Cásals Martínez e Juan Andrade Heymann (Equador); Andrés Falcón Mateos, José Pedreo Pereyra Hernández e Gerardo Lozano Arredondo (México); Antonio Félix López Acosta e Santiago Alberto Amarilla Vargas (Paraguai); José Antonio García Belaúnde e Carlos Bérrinzon Devéscovi (Peru); Gustavo Magariños, Héctor Carlevaro Torres e A. Jorge Ciasullo (Uruguai); Santos Sancler Guevara e Pablo Gaudnik (Venezuela).

Secretário-Geral: Juan José Real.

Secretário-Geral Adjunto: Franklin Buitrón Aguilar.

Secretário-Geral Adjunto: Roberto Gatica Suárez.

//

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

Esta reunião do Comitê de Coordenação e Negociações foi convocada para tratar a programação das atividades deste Comitê para as reuniões preparatórias do Conselho de Ministros.

A Secretaria enviou aos Senhores uma série de documentos, que estão em suas respectivas pastas, e desejo convidar o Senhor Secretário-Geral Adjunto para que faça a sua apresentação.

SECRETARIO-GERAL ADJUNTO (Franklin Bultrón Aguilar). Como foi informado na primeira reunião do Comitê de Coordenação e Negociações, há um jogo de documentos referentes a cláusulas de salvaguarda, regime regional de origem, preços de importação e códigos de conduta que foram distribuídos no final do ano passado, nos últimos dias de dezembro, e o projeto sobre a preferência tarifária regional, que registraram as observações principais dos países em reuniões tanto formais quanto informais, tanto dos Subcomitês quanto dos grupos de trabalho, criados para o trabalho de cada um destes temas.

Nesses documentos também foram feitas anotações em pé de página de cada um deles para explicar que em alguns casos as observações apresentadas pelos países ou Representações eram em nível pessoal e que, portanto, não foram registradas já como propostas da Secretaria, mas são matéria para discussão no momento em que se deseja considerar cada tema em particular.

O documento ao qual desejaria referir-me com mais detalhe, Senhor Presidente, seria o projeto de relatório do Comitê de Coordenação e Negociações da Roda da Regional ao Conselho de Ministros, distribuído somente nos últimos dias deste mês e que, por conseguinte, deve ter sido objeto de leitura nestes dias por parte dos Senhores Representantes.

Nesse aspecto desejaria salientar que este documento tem duas partes essencialmente diferentes, ou que podem ser diferenciadas com grande facilidade. Em primeiro lugar, consta de quatro capítulos: os primeiro, segundo e terceiro dos capítulos poderiam ser tomados pelos Senhores Representantes, com os acréscimos, correções, modificações e alterações que julguem pertinentes, com o relatório que o Comitê de Coordenação e Negociações poderia elevar ao Conselho de Ministros; na segunda parte do relatório, no capítulo quarto, a Secretaria considerou conveniente tratar os pontos por matérias, como os Senhores estão vendo, na qual são dados alguns elementos para que os Senhores Representantes possam tratar cada um dos temas nas diferentes hipóteses apresentadas, pelo menos nas reuniões anteriores a dezembro. Essas diferentes hipóteses seriam as seguintes.

Com efeito, aqui no capítulo quarto há material para que os Senhores Representantes, se desejam tratar matéria por matéria, possam recolhê-las depois em projetos de resolução, conforme o progresso que possa ter seu tratamento. Se as condições em que estão os países-membros não levarem a um tratamento tão profundo como o que possa ser objeto de resolução, também essas mesmas bases ou elemen

//

sp

//

tos que estão consignados na parte quarta deste documento poderiam servir de diretrizes para enriquecer os procedimentos com os quais se poderia prosseguir a Rodada Regional de Negociações. E se tampouco isso pudesse ser objeto de decisão pelos Senhores Representantes, então destes elementos poderiam também extrair-se aqueles progressos que poderiam ser apresentados como parte de um relatório ao Conselho de Ministros por parte do Comitê de Coordenação e Negociações.

Em resumo, Senhor Presidente, creio que a segunda parte do documento deveria ser objeto de maior elaboração por parte dos países porque dali poderiam ser extraídos, repito novamente, os elementos para qualquer uma das hipóteses para um trabalho profundo que pudesse desembocar em projetos de resolução, para um trabalho que poderia, neste momento, ser tomado como diretrizes enriquecedoras de uma nova etapa processual da Rodada Regional de Negociações ou também que pudessem ficar como elementos de avanço nos temas estudados na Rodada Regional e apresentar isso ao Conselho de Ministros. Ou seja, são suscetíveis de serem incorporadas nas três formas, com as mudanças que os Senhores Representantes desejem fazer.

Essa seria a observação particular que deveria fazer sobre este documento.

Senhor Presidente, peço desculpas por me estender no uso da palavra, desejaria também tocar um tema que aparentemente foi colateral, mas tem sua importância, que foi tratado na primeira reunião de Chefes de Representação. É o tema referente ao exame do comércio e ao papel que a ALADI teria no processo de integração e em sua ativação do comércio.

No final de dezembro, quando foi elaborada a agenda para o Conselho de Ministros, isso foi um ponto que a totalidade das Representações considerou que devia ser conversado entre os Chanceleres para que extraíssem suas conclusões e, portanto, dessem suas diretrizes políticas quanto ao encaminhamento do processo de integração.

Na primeira reunião, o Senhor Representante do Equador solicitou que a Secretaria fizesse um documento sobre esse tema. Efetivamente, a partir desse momento nos dedicamos a sua elaboração, porque antes estávamos trabalhando sobre a base de que, simplesmente, esse ponto estava para as conversações políticas dos Chanceleres.

A Secretaria está disposta, se assim consideram procedente e pertinente as Representações, a trabalhar sobre este tema com duas ressalvas que já desejaria apresentar aos Senhores Representantes.

A primeira é que os Senhores conhecem perfeitamente as nossas dificuldades, não somente aqui nesta Instituição, mas em todas as instituições e nos países, para recolher dados estatísticos que pudessem dar sólidas bases para um exame sobre o comércio intra-regional que pudesse ser de utilidade para extrair delas algumas diretrizes políticas de ação.

E a segunda é que efetivamente a segunda parte desse ponto da agenda é de importância política fundamental; ou seja, está relacionada com o papel que teria a ALADI no processo de reativação do comércio. Acredito que justamente uma

//

//

das respostas está nos resultados da Rodada Regional de Negociações e, efetivamente, poderíamos fazer, também, algumas reflexões sobre isso nesse documento que estamos preparando, diria eu. Mas esse documento estaria pronto só no final deste mês para a reunião de Representantes Governamentais que antecederá a reunião do Conselho de Ministros.

Essas eram as informações que queria dar para que os Senhores Representantes pudessem adotar as decisões mais convenientes para atingir os melhores resultados da reunião do Conselho.

PRESIDENTE. A Presidência considera que com a apresentação desse documento, enviado ontem para a consideração das diferentes Representações, e as observações posteriores, feitas pelo Senhor Secretário-Geral Adjunto, abre-se a discussão geral do importante tema, do que queremos fazer com relação à reunião do Conselho de Ministros. E nesse sentido, como suponho que já alguns Representantes dos diferentes países desejariam fazer alguma observação sobre o conteúdo dos documentos ou sobre a forma já concreta de como vamos apresentá-los para a consideração dos Senhores Ministros, naturalmente, ofereço a palavra para que façam uso dela, se consideram pertinente.

Representação do BRASIL (Fernando Paulo Simas Magalhães). A Representação do Brasil, em seu momento, examinando com muito cuidado e com permanente grau de otimismo, os trabalhos que estavam sendo feitos na Associação e nas capitais sobre o tema integração, sobre o tema Rodada Regional de Negociações, chegou à conclusão que expôs seu Governo, em sua oportunidade, de que era necessário prosseguir em nossos esforços com maior grau de amadurecimento. Era necessário prosseguir em nossos esforços sem estar pressionados por datas, mas levados, primeiro, por uma decisão política de grande alcance adotada por nossos Presidentes desde a Declaração de Montevideu; segundo, por uma clara necessidade da América Latina de encontrar caminhos de integração que contribuirão, certamente, para a solução de variados problemas nossos, que são comuns, e justamente me agrada dizer agora, Senhor Presidente, que na leitura do relatório, em boa hora e com muito tempo, preparado pela Secretaria, com grande esforço, chegamos à conclusão de que a proposta brasileira é muito atual.

Que é o que temos por diante? Temos um prazo de quatro semanas até a reunião do Conselho de Ministros e temos toda uma lista de temas de grande importância para os quais não temos chegado nada mais que a perplexidade. Não temos soluções à vista. Há uma série de fatores, Senhor Presidente, que contribuem para isso. Todos o conhecemos; seria perfeitamente inútil enumerá-los.

Assim que a Representação do Brasil, já devidamente instruída por seu Governo, e com o apoio verbal e algumas manifestações dos Senhores Representantes aqui presentes, que me fizeram o favor de me acompanhar nisto, dizendo que sim, que veriam com interesse uma decisão nesse sentido, deseja aceitar, oficialmente, como documento, e como proposta, o "non paper" que em seu tempo, no mês de dezembro, distribuiu.

//

sp

//

Estamos convencidos, Senhor Presidente, de que é necessário ordenar nossa programação para o ano de 1987; as dificuldades que surgem no horizonte para o ano 87 em todo o setor econômico, social e felizmente não tanto no político, em fim, merecem de nossa parte atenção particular e sugerem que nos proponhamos e nos demos tempo suficiente para meditar, para encontrar soluções que sejam soluções permanentes e não somente fruto de entusiasmos que se dissipam muitas vezes muito facilmente.

PRESIDENTE. A Secretaria, então, oficializará o documento, se assim posso dizer, do Brasil para que seja incorporado à discussão geral, agradecendo naturalmente ao Senhor Representante do Brasil as importantes observações que ali se registram e que estudaremos e discutiremos.

SECRETARIO-GERAL. Distribuí-lo-emos, então, dentro da série oficial como documento de trabalho, origem Representação do Brasil.

PRESIDENTE. Acredito que essa é a proposta concreta do Senhor Representante do Brasil. Se não há nenhuma observação em contrário, entenderemos que é o lógico, é pertinente, refere-se ao mesmo ponto específico e como ele disse, então, temos de ir aos poucos estabelecendo os pontos nos quais não há já diferenças que devam ser levadas à consideração da Reunião de Ministros e quais os pontos que consideramos dignos de consideração e oxalá a solução final que eles possam dar-lhe; que foi, mais ou menos, a ordem que adotamos para esta reunião.

Representação do MEXICO (Andrés Falcón Mateos). Em princípio, desejamos agradecer à Secretaria-Geral o esforço feito na apresentação do documento.

No capítulo quatro há alguns progressos que acreditamos poderiam dar elementos de base substantiva que nos permitam progredir na preparação da reunião do Conselho de Ministros.

Como Governo mexicano aspirávamos a que os elementos que apresentemos ao Conselho de Ministros, no que for possível, complementassem os compromissos da reunião de Acapulco. E quando a Secretaria apresentava o documento, falava de três possibilidades, por exemplo de tratar tema por tema. Pensamos que a Secretaria, quando falava da primeira opção, de tratar matéria por matéria, para depois recolher os possíveis consensos de todos os países em projeto de resolução, é uma opção muito positiva para nós. Fizemos uma amostragem; creio que no próprio documento a Secretaria várias vezes o salienta, um dos grandes problemas é como progredir na eliminação de restrições não-tarifárias. E no documento da Secretaria há uma opção, parece bastante prática, quando capta o tema, como o tema das restrições não-tarifárias, e o vincula ao outro problema fundamental que temos, ou seja na preferência tarifária regional. Como fazer funcionar a PAR se não progredimos em restrições não-tarifárias?

//

//

A opção que apresenta a Secretaria é muito interessante e é o que nos leva a anelar que poderíamos progredir em aspectos substantivos para o Conselho de Ministros; primeiro para a reunião preparatória e depois para o Conselho de Ministros.

Vimos que a opção da Secretaria, quando apresenta uma solução para todos os países para resolver restrições não-tarifárias é, por exemplo, quando fala da PAR e se abre um grupo de posições NALADI que cada grupo de países podia ter como exceções. Esses produtos que ficam na lista de exceções da PAR, são produtos que os países não podem, por motivos de política comercial, eliminar as restrições não-tarifárias e, por conseguinte, ficariam cobertas ali. E dessa maneira fazemos funcionar a PAR, como mecanismo multilateral.

E, por outro lado, tratamento às próprias restrições não-tarifárias, creio que nos esforços feitos no ano passado -que o próprio documento assinala- obtiveram-se vários progressos, como no caso de quando identificávamos restrições não-tarifárias, quando eram compras estatais. E ali tínhamos imaginado, em sua discussão, que compras estatais, na realidade, embora sejam restrições não-tarifárias, podem buscar-se fórmulas de comercialização quando tenhamos o tema de compras estatais, compras governamentais. Essa é uma saída para resolver as restrições não-tarifárias em produtos que têm esse tipo de restrições não-tarifárias.

Ou seja, existem várias opções, Senhor Presidente, e creio que deveríamos fazer um esforço para ir tratando com prioridade os temas da coluna vertebral em que estão registrados todos os diversos compromissos da reunião de Acapulco.

Isto é um exemplo, a grosso modo, que em seu momento poderíamos ir detalhando. Mas, nossa Representação está aspirando a que possamos fazer um esforço para tratar matéria por matéria, principalmente aquelas que estão muito avançadas; naquelas que existem opções da Secretaria verificamos até onde os países estão em condições de ir. E se os países ainda não estão em condições, pelo menos dizemos ao Conselho que chegamos até tal parte, que tais aspectos estão pendentes, para que o próprio Conselho adote as decisões.

Mas, Senhor Presidente, a aspiração da Representação do México, repito, é progredir o máximo possível sobre os compromissos da reunião de Acapulco.

Representação do URUGUAI (Gustavo Magariños). Desejo expressar minha coincidência com o manifestado pelo Senhor Representante do México, no sentido de prosseguir os esforços para procurar obter algum resultado concreto para ser submetido à reunião de Ministros.

Visualizo um pouco ou interpreto um pouco a proposta agora oficializada do Brasil como, peço desculpas pela expressão, um ato desesperado, ou seja, como forma de suprir uma deficiência clara com a qual possamos tropeçar para chegar a de

//

sp

//

terminadas soluções, e acredito que antes de recorrer a esse procedimento, que a meu entender é simplesmente dilatatório e compromete seriamente o destino da Rodada Regional de Negociações, deveríamos fazer os máximos esforços para determinar se é possível chegar a algum tipo de soluções.

No fundo, em Acapulco, em uma reunião que presumiu ser de alto nível político, foram tomadas decisões que se difundiram em todas as latitudes e que, inclusive, foram interpretadas em alguns casos como coisas que já estão praticamente feitas, e seria pouco edificante, a meu juízo, que os Senhores Chanceleres fossem convocados para dizer, pura e simplesmente, que nesse mais alto nível político não podem adotar decisões que foram tomadas em outro nível político inferior.

Acredito que deveríamos, então, procurar apresentar aos Chanceleres alguns projetos definidos, embora não abranjam todas as matérias em discussão, porque é óbvio que em algumas delas existem dificuldades que parecem, por enquanto, insuperáveis. Mas, digo que há quatro ou cinco temas nos quais sim corresponde fazer o esforço. Por exemplo, no campo multilateral é necessário registrar algum progresso, porque disso estivemos falando durante todo este tempo. E ali, nesse âmbito, temos algumas resoluções que acredito não oferecem nenhuma dificuldade real para que possam ser aprovadas. Especificamente, refiro-me ao regime de origem, por exemplo, que recolhe as normas que já estão em prática nos acordos de alcance parcial e em outros mecanismos da Associação. Refiro-me às cláusulas de salvaguarda, que ao mesmo tempo estão inseridas, quase com os mesmos textos, em cada um dos acordos de alcance parcial.

Nesses dois casos creio que poderíamos fazer o serviço aos Chanceleres de submeter um projeto que tenha o consenso e, em consequência, marcar, pelo menos, embora simbolicamente, uma linha de aproximação a maior multilateralismo dentro da Associação.

Há outros dois temas que, a meu juízo, deveriam ser também considerados, porque não se pode conceber que fiquem as coisas como estão. O primeiro deles é o da PAR. Confesso, embora reflita muito sobre o assunto, que não posso compreender como carecemos de aptidão técnica e padecemos de tal impotência política como para não aprovar um projeto de PAR nesta oportunidade. E, peço licença para fazer algumas considerações, por exemplo, com relação à PAR.

Em que consiste o projeto de Acapulco? Consiste, no fundo, em um simples ato simbólico. Se se examina tecnicamente o assunto, nenhum país poderia ter dificuldades para aprovar um projeto dessa natureza, pelo seguinte: em primeiro lugar porque a redução proposta é quase desprezível, é o suficientemente mínima como para que ninguém corra nenhum risco, e quase me atreveria a afirmar que se aprovassemos o projeto com as reduções propostas, e dentro de alguns anos procurásemos registrar o comércio canalizado através desse procedimento ou desse meca

//

sp

//

nismo, nos encontraríamos como que nada foi canalizado. Se neste momento tivéssemos sobre a mesa as cifras de comércio registradas através da PAR anterior, praticamente teríamos papéis em branco; nada foi importado pela PAR anterior, e se importará muito pouco através da PAR que estamos propondo.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, quem examinar o assunto perceberá que se por algo se caracteriza uma proposta como essa é pela inúmera série de salvaguardas implícitas que tem o projeto. Porque, de que se trata? De reduzir para tudo a tarifa, mas devemos ter presente que pela via das isenções tarifárias que usualmente aplicam os países praticamente cinquenta por cento do comércio de importação de cada um de nossos países está beneficiado por isenções tarifárias que representam a não cobrança dos impostos aduaneiros. Há um estudo do INTAL que é bastante bom nessa matéria e que, além de fazer as considerações de caráter geral quanto ao montante enviado através de isenções tarifárias do setor público e do setor privado autorizadas por casos especiais, faz também considerações setoriais que mostram, praticamente, que por essa via estamos importando de terceiros países a zero enorme quantidade de bens, que representa quase cinquenta por cento das importações latino-americanas e, por outro lado, estamos vacilando, lamentavelmente, em nos conceder uma pequena preferência, nos fatos, inoperante.

Se a isso se acrescenta que entre nossos países temos negociado um número muito grande de acordos parciais nos quais as concessões recíprocas que nos outorgamos superam em grande medida as percentagens de redução da PAR, encontramos com que o comércio substancial entre nossos países já está beneficiado por preferências que são maiores das que vamos pactuar em uma PAR como a que estamos considerando. E se a isso ainda se acrescenta que generosamente nos estamos outorgando um número de exceções muito importante, chegamos à conclusão de que praticamente estamos nos dando uma preferência totalmente simbólica. E perante isso demonstramos, depois de dizer pomposamente em todos os foros internacionais e no mais alto nível que devemos fomentar o comércio intrarregional, que devemos outorgar-nos preferências, agora acaba de fazer uma reunião no México que produz um documento no âmbito da CEPAL que continua reiterando os mesmos conceitos, com a maior falta de aproximação da realidade, porque estamos dizendo a mesma coisa e aqui estamos tropeçando com o problema de que não podemos conceder-nos essa pequena preferência tarifária.

Registro o que dizia o Senhor Representante do México e que foi insinuado pela Secretaria, mas com o número de exceções existentes, já não há problema para a lista de proibições, já não há problema para o conjunto de produtos que são extremamente sensíveis no mercado interior, porque temos um número de exceções que permite a cada país salvaguardar sua situação.

//

sp

//

Em consequência, parece demencial que não possamos aprovar uma PAR das características formuladas, e acredito que devemos fazer um esforço para ver si chegamos a essa solução porque representaria uma reiteração de um ato simbólico que realizamos há vários anos.

A tudo isto deve acrescentar-se outra salvaguarda, por se acaso essas fossem poucas, e é que de qualquer maneira no regime geral de salvaguardas que estamos considerando, estamos estabelecendo, com um cuidado digno de melhor causa, uma série de medidas preventivas para os países. Por exemplo, estamos falando de que se considerará aplicável uma cláusula de salvaguarda por motivos de balanço de pagamentos. E, por conseguinte, essa aplicação, esse recurso, esse expediente permitiria a algum país que tivesse graves dificuldades de balanço de pagamentos suspender suas importações dos países da área, mas o faria de forma disciplinada, legal e não, recorrendo, com a frequência reiterada que todos conhecemos, à mais flagrante ilegalidade na aplicação de restrições no âmbito da ALADI.

Por conseguinte, acredito que devemos fazer um esforço para que os Ministros aprovem a PAR elaborada no México.

Restrições não-tarifárias. Bom, todos sabemos que são restrições não-tarifárias; todos sabemos no problema em que estamos metidos porque -e agora sim posso dizê-lo sem ânimo de controvérsia nem de contradição manifesta- foi votada uma resolução que tampouco tinha relação alguma com a realidade. E temos o compromisso de eliminar restrições não-tarifárias em abril deste ano e sabemos que não vamos fazê-lo. Sabemos que, possivelmente, registremos novos inventos em matéria de restrições não-tarifárias, nos quais sim somos sumamente eficientes: no entanto, não somos tanto para outorgar-nos preferências entre nós.

Então, que ocorre? Vamos ter que dizer alguma coisa aos Ministros: que essa resolução não será cumprida e que, em consequência, devemos utilizar algum outro procedimento e, como disse o Senhor Representante do México, a Secretaria está enunciando algumas coisas que nos permitem funcionar. Pelos menos, deveremos falar de restrições não-tarifárias no jogo dos convênios subscritos.

Então, devemos dizer alguma coisa aos Ministros, porque não vamos poder ocultar que há uma resolução que não foi cumprida e que não será cumprida. E, portanto, esse tema é um tema que deveremos tratar com muita cautela para não forçar as coisas, mas para tratar de sair dessa problemática em que nos encontramos da maneira mais razoável possível.

Se pelo menos pudéssemos apresentar, então, aos Chanceleres um conjunto de resoluções, isso nos habilitaria muito mais, penso, para dizer-lhes que em outros temas ainda não estamos preparados para oferecer-lhes soluções e que, por conseguinte, será necessário estabelecer um programa como pode ser o enunciado na proposta do Brasil. Com esta ressalva: que há um ponto, há um tema, no qual não podemos estar fazendo mais divagações, que é o financeiro. Porque, já neste momento, creio que nenhum dos que estamos ao redor desta mesa sabemos sequer em que estamos. E, em consequência, temos gestões e conversações com o Banco Mundial;

//

//

temos uma série de iniciativas sobre a Mesa, os órgãos auxiliares continuam também submetidos a que lhes reiteremos a necessidade de estudar os temas, esses órgãos auxiliares funcionam com base nas suas próprias estruturas particulares e peculiares, às vezes, em discordância com o interesse político manifestado em outros níveis e não podemos continuar enganando-nos e criando confusões em nossas opiniões públicas.

Esse é um ponto, portanto, que também deveríamos tratar para saber o que dizer para os Ministros. Se não vamos criar nenhum meio de pagamento regional extraordinário; se vamos continuar ou não as gestões perante o Banco Mundial, por que tudo depende, também, do perfil político de que fala o Senhor Secretário-Geral no Comitê de Representantes. E creio rechaçar, da maneira mais enfática possível, a circunstância de que nos encontremos enfrentados a outra declaração de fins políticos com relação a uma Rodada Regional que já leva dois anos, quando dissemos que íamos cumprir uma primeira etapa no primeiro ano, e onde chegamos a certas decisões que agora deixamos de lado, quase totalmente, e dizer a nossos Ministros que expressem em forma altissonante que estão dispostos a integrar-se "a morte" e que para tanto vão estabelecer um novo programa para a Associação que terá, sim, o apoio político que não teve? Então, quando votaram as outras soluções, careciam de apoio político ou as votaram inconscientemente?

Aproveito esta oportunidade, que é a primeira na qual vamos começar nossos trabalhos, para dizer que nossa aspiração é essa e que vemos com pavor o fato de que já, de início, nos inclinemos pelas alternativas fáceis, mas pouco construtivas, que consistem em dilatar tudo com complexos e confusos programas de trabalho, que tampouco realizaremos como não realizamos os anteriores.

Então, faço um apelo para que nos sentemos à mesa todo o dia, de manhã e de tarde, para discutir os projetos e ver quais podemos aprovar. Aqui se trata de seguir o procedimento clássico: abrir uma opinião geral, há projeto sobre origem, em geral, estamos dispostos a aprová-lo? Então, se estamos dispostos a aprová-lo em geral, em particular vamos chegar a alguma solução porque são todos problemas de detalhe.

Em cláusulas de salvaguarda acontece a mesma coisa. Então, devemos tomar a decisão se estamos em condições, todos os países de aprovar tal projeto, discutir-lo para ajustá-lo com o sentido construtivo de que devemos chegar a um consenso e não tratando cada um de estar extraindo recursos pseudo-técnicos para complicar a formulação de cada um dos artigos.

Representação da ARGENTINA (Ricardo Oscar Campero). Senhor Presidente, em primeiro lugar, não desejaria relevar estas palavras no âmbito, nem da reunião do Conselho de Ministros nem do documento. Entendo que, por uma questão metodológica, punha ênfase na reunião passada, seria conveniente que pelo menos consideremos a reunião do Conselho de Ministros em função da Rodada Regional de Negociações e não a Rodada Regional de Negociações em função do Conselho de Ministros, fundamentalmente pela inexorabilidade dos termos.

Acreditamos que a Rodada Regional efetivamente está em um momento difícil, em um ponto realmente crucial.

//

//

O Senhor Representante do Uruguai fez uma análise, compartilhamos plenamente; de alguns de seus dados; em algumas das soluções temos alguns pontos que observar.

Mas antes disso, Senhor Presidente, desejaríamos dizer que para ganhar a confiabilidade neste processo de integração que, por outro lado, a meu entender, é inexorável, a questão é, em definitivo, saber qual é o papel da ALADI nesse processo de integração. Esse processo irá ou não ao lado da ALADI e é importante, em função da hierarquia deste Organismo, tratar de recuperar iniciativas imediatamente, inclusive já antes da reunião do Conselho de Ministros.

Por esse motivo, a Representação da Argentina entende que há material suficiente como para iniciar negociações já, recuperando desses benditos subcomitês, que fizemos acreditando que íamos ganhar em eficiência para decisão dos Representantes dos países e ver o que podemos progredir daqui até a Reunião de Alto Nível que constitui um segundo passo.

Creio que é provável, Senhor Presidente, que daqui até a Reunião de Alto Nível não obtenhamos progressos substanciais sobre o que nossos técnicos fizeram nas reuniões específicas. Mas estou absolutamente convencido de que no aspecto metodológico permitirá, esta negociação, que na Reunião de Alto Nível nossos representantes estejam sensibilizados e não repitam o acontecido em Acapulco que demonstrou, em definitivo, que, embora tenha sido um ato positivo, do ponto de vista declarativo, até nossos próprios Representantes de Alto Nível estavam imaturos como consequência da incomunicação existente, em muitos casos, entre nós e as capitais, que fizeram com que muitos de nossos Representantes de Alto Nível fossem a "poncho", como dizemos nos exames, no tratamento dos temas respectivos.

Acredito que entregar um umbral psicológico à reunião de Alto Nível é uma missão que temos, uma obrigação de natureza política, para progredir substantivamente em temas aos quais vou fazer referência posteriormente que, a meu entender, estão maduros, para para que cheguemos a acordo entre os onze ou para que os Representantes de Alto Nível se notifiquem de que não são onze os que estão de acordo em determinados institutos e nos progressos desses institutos. Porque é óbvio, e isto depois de uma análise feita em nosso país, que observamos que deve colocar-se uma cunha entre os acordos bilaterais e esta impossibilidade contínua de celebrar acordos multilaterais; isto é, obter acordos com mais pares de países.

A proposta concreta, Senhor Presidente, e se as Representações têm posição negociadora, é iniciar, em nível de Chefes de Representação, um exercício similar à reunião prévia de Acapulco para apresentar um documento e aproximar acordos em todos os temas nos quais não chegamos em nível das comissões específicas; que esta negociação e tal qual continuamos no esquema de Acapulco, continue na Reunião de Alto Nível; isto é, vemos a Reunião de Alto Nível como síntese superadora de eventuais desacordos que pudessem existir nesta negociação. Ali sim recuperamos para o Conselho de Ministros uma terceira instância, que é uma instância que de nosso ponto de vista consolida acordos que em nível da primeira fase, isto é, a nossa reunião, e a segunda, de Alto Nível, permitam progredir e, ao mesmo tempo, determine, obviamente, os caminhos de ação a seguir nos acordos não celebrados.

//

//

Acredito que a proposta do Brasil, hoje oficializada como proposta do Brasil no "paper" originário, tem a virtude, Senhor Presidente, de permitir uma terceira síntese superadora, que é que nosso Conselho de Ministros não chegue a um ponto tal que simplesmente não possamos avançar e, conseqüentemente, que aqui baixamos a persiana da Rodada Regional de Negociações, porque, em definitivo, creio que este instrumento das Conferências permite não levar a uma crise a Roda da Regional de Negociações. E digo não levar a uma crise, Senhor Presidente, e depois vou-me referir a esse assunto, porque não nos preocupa levá-la a uma crise pela crise em si, porque acredito que às vezes é saudável levar a uma crise determinados processos para parir novas circunstâncias e sincerar as coisas se não, simplesmente, entendo que as Conferências vão poder tratar em nível técnico alguns elementos que aspiramos sejam residuais e não resolvidos nestas três fases às quais fazíamos referência.

Em definitivo, nossa proposta de estratégia para os Representantes dos países em Montevidéu é entregar, em diferentes fases, umbrais absolutamente diferentes e não cair no círculo vicioso da discussão de idênticos temas em cada uma das reuniões em que nos encontramos.

Nesse campo, consideramos que estamos maduros para iniciar negociações imediatas na preferência tarifária regional de dez por cento, no programa de redimensionamento do comércio de sessenta por cento, nos temas, como assinalava o Senhor Representante do Uruguai, de salvaguarda e origem e, igualmente, no tema do financiamento.

Não faço referência a um tema que para nós foi muito cáldo no decorrer do ano: as restrições não-tarifárias, porque estamos absolutamente convencidos de que a resolução correspondente de eliminação não parece que entre em vigor de acordo com os termos da Resolução 5. Isto é, Senhor presidente, diria eu -e creio que não estamos em condições e que é um dado da realidade que devemos assumir- de cumprir com o tema das restrições não-tarifárias tal como foi proposto pelo Conselho de Ministros embora, logicamente, estejamos dispostos a negociar e a continuar com esse objetivo se os dez sócios restantes estiverem nessas mesmas condições. Considero que seria -disculpem a palavra- um ensaio maçoquista tentar seguir operando sobre as restrições não-tarifárias se vemos que não temos elementos que nos permitam progredir.

Permito-me dissentir do Embaixador Gustavo Magariños, se mal não entendi, em alguns elementos que entrega, porque confesso que não nos preocupamos pelo êxito da reunião do Conselho de Ministros, se por êxito se entende a aprovação de determinadas resoluções. Por exemplo, exceto que tecnicamente seja comprovado o contrário, uma resolução de uma preferência tarifária regional simbólica de dez por cento o único que faria a nosso entender, se é resolução do Conselho de Ministros, não resolvendo outros problemas que geram precisamente o comércio, é repetir a estratégia frustrante de que geramos elementos de integração e com medidas posteriores o neutralizemos. Acredito que fará bem ao processo de integração que o Conselho de Ministros renuncie a esse tipo de estratégia de mostrar, por um lado, que se progride quando nós, as administrações, nossas políticas econômicas, em definitivo, posteriormente, neutralizam e desmentem, creio, o que foi saudável com a Resolução 5 e surgiu como uma luz no processo de integração, finalmente foi frustrante e implicou um processo de retrocesso quando não pudemos cumpri-la. Em definitivo, considero que os retrocessos do processo de integração se inscrevem mais nos descumprimentos dos acordos que fazemos e não nas omissões,

//

//

lacunas ou em não dizer absolutamente nada quando não estamos em condições, por que devemos reconhecer que quando não estamos em condições, não estamos em condições, definitivamente.

Acredito por isso, Senhor Presidente, que embora estejamos absolutamente dispostos a colocar em vigor imediatamente a preferência tarifária regional de dez por cento, não desejaríamos fazê-lo sem antes estabelecer um código de conduta ou, pelo menos, "um acordo entre os onze sócios de que esta preferência tarifária regional de dez por cento, nessa insignificância, não vai ser neutralizada posteriormente por outro tipo de medidas. Isto é: condicionamos nosso apoio à proposta do Embaixador Magariños de analisar este tema, incluímos sessenta por cento, incluímos o tema de salvaguarda e origem, como faz o Embaixador Magariños, mas sempre sob o critério ou sob a ótica de que se trate de instrumentos que posteriormente não movimentem, pelo menos, a risada dos analistas dos processos de integração porque repito, Senhor Presidente, acredito que faria muito mal à instituição fundamental, ao órgão fundamental da ALADI, que é o Conselho de Ministros, que adotássemos determinados tipos de resoluções que posteriormente "por uma coisa ou por outra" não vamos levar à prática. E isto é o que nós concretamente propomos e oferecemos negociação imediata sobre cada uma destas circunstâncias.

Acompanhamos calorosamente a proposta brasileira das Conferências e a entendimos -assim a discutimos quando foi esta proposta "no paper"- de que se trata de uma proposta síntese superadora para tratar sobre um umbral superior as diferentes circunstâncias.

Quero dizer, Senhor Presidente, que a República Argentina não vai aceder ao acordo de redirecionamento de comércio de sessenta por cento se existem restrições não-tarifárias por parte dos países onde administrativamente se neutralize esta preferência tarifária de sessenta por cento. Se tenho, na minha Direção Nacional de Importações, a possibilidade administrativa de redirecionar comércio a países de fora da região e de neutralizar sessenta por cento, é evidente que aqui nos encontramos com um elemento que, de entrada, nos inabilita a tratar um tema desta natureza. Então, até aqui discutimos restrições não-tarifárias e creio que aqui estiveram os impedimentos fundamentais no vazio. Preferiríamos discutir restrições não-tarifárias à margem da Resolução 5 e começar a analisá-la imediatamente em função dos elementos, para nós chaves, que é a preferência tarifária regional de dez por cento e a preferência tarifária regional, ou como se denomina, de sessenta por cento.

Minha proposta concreta, Senhor Presidente, é iniciar negociações imediatamente sobre estes quatro temas em nível de Chefes de Representação, prévio diagnóstico dos pontos de discordância, os pontos de coincidência, progredir nos pontos de coincidência e em branco e preto e com o nome dos países dos quais provêm as discordâncias.

Igual procedimento para o Conselho de Ministros, Senhor Presidente, como conclusão de um relatório que deverá sair da Reunião de Alto Nível Governamental.

//

mas

//

Em terceiro lugar, as decisões do Conselho de Ministros que forem inscritas precisamente no âmbito deste novo método para prosseguir com a Rodada Regional de Negociações. E, logicamente, como quarta etapa, do nosso ponto de vista, acompanhamos calorosamente a proposta do Governo do Brasil, que interpreta corretamente a impossibilidade de aceder a acordos fundamentais do Organismo e não nos render, pela inexorabilidade da fiscalização do Conselho de Ministros, pela inexistência dos termos de 29 de abril no qual jogamos todas as posições sobre a preferência tarifária regional, sobre o redirecionamento de comércio, sobre as restrições não-tarifárias, e dar-nos um contexto de sínteses superadoras no tempo e permitir que em 1987 este Organismo tenha vida para continuar discutindo um processo multilateral e tratar de ser cada vez menos um escritório de inscrição dos acordos bilaterais.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante da Argentina, por suas importantes observações.

Representação do CHILE (Guillermo Anguita Pinto). Queremos ser bastante concisos em nossa exposição.

Pensamos que não é conveniente, neste momento, adotar uma decisão de que a solução para o Conselho de Ministros é levar todos nossos esforços mais para a frente. Não deixamos de lado essas possíveis soluções. Mas, cremos que é conveniente e imprescindível que façamos todos os esforços possíveis para progredir mais antes de adotar um tipo dessas resoluções.

Depois do trabalho do ano anterior pensamos que existe uma série de temas que nos estão propondo e que nos mesmos nos propusemos que realmente há progressos e que não é necessário condicionamentos para poder ser aprovados. É possível que não sejam os mais importantes temas, que sim teriam uma solução rápida. Mas, cremos que é preferível adotá-los porque de maneira alguma são inconvenientes, mas sim convenientes. Nesse caso acreditamos que estão as normas gerais sobre cláusulas de salvaguarda. É um regime que é conveniente que exista dentro da Associação porque até o momento não o temos. Consideramos que dá maior clareza, maior transparência, à aplicação destas medidas de exceção. Estamos dispostos a tratá-los a partir de hoje, amanhã, ou em qualquer momento, talvez na próxima semana.

No mesmo caso se encontra a utilização de preços de referência. Estas são medidas que vêm substituir em algo, digamos, os códigos de conduta nos quais se tinha pensado. Seriam o início dos códigos de conduta. Estes poder ir aperfeiçoando-se. Mas acreditamos ser útil adotá-los rapidamente.

Todo o que é utilização de preços de referência, creio que não existe dificuldade alguma em chegar a aprovar alguma resolução muito simples sobre a aplicação destas medidas com os países.

Acontece a mesma coisa com os trâmites de solicitações de importação. Talvez se chegamos a alguns acordos sobre estes temas que cremos não são difíceis, podemos ver que se podem solucionar, se não em forma total, em forma parcial os outros temas que são de maior importância como o do programa de substituição de importações, a preferência tarifária regional e as restrições não-tarifárias. Acreditamos que se obtemos estes acordos simples a princípio, poderíamos progredir futuramente.

//

Nessa mesma situação se encontra o tema da origem. Essas seriam as coisas sobre as que cremos fácil de chegar a um acordo entre as Representações no decorrer da próxima semana ou dos próximos quinze dias.

Consideramos que devemos sentar-nos e tenho o prazer de que pelo menos quatro Representações estão dispostas a analisar os projetos que nos apresentaram, para ver a possibilidade de adotar uma solução ou não. Não queremos deixar de tratar os temas porque talvez não sejam tão complicados.

Sobre a preferência tarifária regional, não estou totalmente de acordo com as apreciações do Senhor Representante da Argentina. Se não me equivoco, vi algumas estatísticas, por ali, nas quais o comércio negociado entre os países da Associação não é muito alto, foi diminuindo. Está dentro de, digamos, quarenta por cento. Ou seja que sessenta por cento restante se beneficiaria indubitavelmente desta preferência tarifária regional sempre que fosse aplicada. Claro, vai se beneficiar de uma magnitude mínima. Mas, algum benefício traz, e algum sinal de desvio estaríamos dando com ela; embora seja muito pequena, cremos que é conveniente adotá-la e manter vivo o mecanismo.

Estamos dispostos, então, ou seja que já acordamos -para nós é um acordo o de Acapulco- o aprofundamento da preferência tarifária regional de dez por cento como básico. E também é um acordo para nós, o adotado com relação às listas de exceções. Desejaríamos propor nas listas de exceções, talvez, algum melhoramento disso. Há alguns prazos bastante prolongados para chegar aos limites propostos. Acreditamos que talvez esses prazos possam diminuir eliminando produtos de listas de exceções de forma periódica até chegar à data proposta com o número de itens proposto.

Desejaríamos propor isso na reunião em que for estudada.

Quanto a restrições não-tarifárias, é um tema bastante complicado e creio que todos sabemos que a resolução anterior do Conselho de Ministros não poderá ser cumprida. Isso é efetivo. Mas, também creio que não podemos chegar a dizer "então, como não podemos cumprir essas resoluções, não faremos coisa alguma". Acredito que há possibilidades de fazer alguma coisa. Há possibilidade de dizer: "então, esta eliminação de restrições vai ser total para os produtos negociados, para os produtos negociados em acordos de alcance parcial. Se não estão de acordo, então trataremos determinado tipo de acordo". E acredito que devem ser exploradas essas possibilidades e é possível fazê-lo. Há acordos de alcance parcial nos quais os países que mais dificuldades têm em eliminar restrições não-tarifárias as eliminaram. Não vejo por que esses mesmos trâmites não podem ser feitos com os demais países e considero que deve explorar-se a possibilidade de fazê-lo. E se no final de todo este processo de negociação, que chama o Senhor Representante da Argentina, percebemos que não é possível fazê-lo, então poderíamos adotar uma resolução, mas somente para este tema, como a que nos apresentou a Representação do Brasil. Não devemos negar-nos antes de fazer intercâmbio de opiniões sobre estes temas. Considero que não é conveniente.

No tocante a assuntos financeiros, estão sendo tratados no âmbito de um Conselho que nós criamos. Não nos opomos, a este tema, além do tratamento técnico que está tendo nesse órgão, também pudesse ser considerado fora dele para poder chegar a alguma solução política que pudesse encontrar-se. Creio que é pos

//

mas

//

sível explorar isso; embora nossa posição seja mantê-lo nesse órgão técnico, não nos negamos a tratá-lo em um âmbito fora desse.

Há outro tema que é o dos mecanismos de equilíbrio. Estes mecanismos de equilíbrio, na realidade, não sabemos muito de que se trata e não sabemos muito bem que soluções devem encontrar-se, mas talvez seja conveniente ver uma forma que seja adequada para chegar a uma solução, embora não seja daqui a vinte dias, que seja mais adiante. Então, em um tema desse tipo talvez seja conveniente adotar uma resolução, como a proposta pela Representação do Brasil.

Em resumo, Senhor Presidente, acreditamos que é lógico que trabalhemos nestes temas. Creio que se não apresentamos projetos concretos a esta reunião de Alto Nível, que será prévia à reunião do Conselho de Ministros, não acontecerá nada. Em três dias, se não pudemos fazê-lo em um ano, ou em dois, os Senhores, por muito alto nível que tenham, não poderão decidir sem nossa orientação e se não lhes damos projetos sobre os quais devam tomar alguma resolução.

Nossa proposta concreta, então, Senhor Presidente, é que oxalá a partir da segunda-feira da próxima semana comecemos a trabalhar de manhã e de tarde na preparação e no estudo destes temas e ver até onde é possível avançar.

Representação do BRASIL (Fernando Paulo Simas Magalhães). Creio que o mérito da proposta brasileira já está demonstrado: abriu a discussão. Mas também me indicou, com certa clareza, que em algum caso deixou de ser compreendida em toda sua extensão. Refiro-me, especificamente, a certas expressões e certos conceitos que manifestou o Senhor Representante do Uruguai com que, é necessário que se diga, já conversei longamente antes, temos conversado com toda clareza, com toda transparência, que é a característica de nosso entendimento ao longo do tempo, e continuará assim certamente tanto da minha parte, com toda certeza, e do Senhor Representante do Uruguai, também estou certo.

O esforço brasileiro se pode dizer desesperado e dilatatório? Não. A preocupação do Brasil, foi durante todo o tempo, quando surgiu esta idéia, que não se considerasse isto como dilatatório. E qual foi nossa atitude? Estar presente ativamente, ser participante permanente e talvez -eu me atreva a dizê-lo, e por favor perdoem a imodestia- com uma presença mais efetiva que a da maior parte dos países que fazem parte da Associação esteve o Brasil sempre presente; presente no sentido de fazer da Rodada, com a qual discordou no início, um êxito. Esta foi nossa atitude.

Abro um parêntese para dizer que não estou absolutamente em desacordo com o que propôs o Senhor Representante do México, com o que disse o Senhor Representante do Chile; estou muito de acordo com a proposta que nos fez, e de muita boa maneira, o Senhor Representante da Argentina e também com o Senhor Representante do Uruguai. Não há nenhum desacordo na proposta brasileira com os conceitos aqui emitidos. Há temas que estão já suficientemente maduros para que apresentemos e aqui me nego terminantemente a usar a expressão "alguma coisa". O Brasil não está aqui para apresentar "alguma coisa" ao Conselho de Ministros. "Alguma coisa" é pouco; preferimos não apresentar nada. Ou apresentamos coisas que têm

mas

//

//

peso específico e significam verdadeiramente nossa intenção de chegar a uma integração ou não apresentamos nada. É preferível dizer aos Ministros: "Não há nada, Senhores; voltemos depois; sigamos discutindo, mas esta é nossa intenção".

Quando se fala também de preferências e estas são qualificadas de simbólicas. Porque estes símbolos? Já o fizemos uma vez e percebemos o erro. Não chegamos a um acordo sobre cinco por cento; os países não assinaram todos uma preferência de cinco por cento; agora estamos em dez e continuamos chamando-a "simbólica" porque os resultados finais não serão os desejados.

Não estamos tampouco, Senhor Presidente, procurando soluções fáceis e pouco contrutivas. Pelo contrário, um país que esteve participando em forma construtiva na Associação foi sempre o Brasil e assim quer continuar fazendo-o.

Desejaria que a nossa proposta fosse entendida da seguinte maneira: estamos perfeitamente dispostos a continuar trabalhando para a definição de passos que poderão ser apresentados ao Conselho de Ministros; acompanharemos todos os esforços que se façam daqui até a data; estaremos presentes em todas as reuniões que se fizerem para a preparação dessas posições e chegaremos ao Conselho com nossa proposta, não como um gesto desesperado ou dilatatório, pelo contrário, como um gesto de esperança, esperança de que o diálogo sim deve continuar, de que um diálogo construtivo deve continuar, de que se deve acrescentar a este diálogo com alguma expressão adicional que signifique a decisão dos países de estar presentes e de corrigir, quem sabe, posições nossas também, diálogo que seria feito, que se poderia fazer, no decorrer do ano ou mais, se for necessário.

Desejo insistir: estamos dispostos a permanecer dentro de qualquer esforço que se faça aqui no sentido de definir pontos de acordo e de consenso, pontos que já estão preparados para ser apresentados ao Ministros, como posição que podemos recomendar todos a nossos Governos, com transparência e honestidade e estamos dispostos também, como diz a proposta brasileira, que não é, insisto, e peço desculpas ao Embaixador Magariños, nem desesperada nem dilatatória, no sentido de continuar discutindo durante o tempo que for necessário para um objetivo que não deve, não pode politicamente, nem do ponto de vista técnico, estar condicionado a prazos fatais e a prazos que não se estendam no tempo, dando-nos a suficiente tranquilidade, tempo e participação de nossos países para definir posições que verdadeiramente possamos implementar.

Esta é a posição que a Representação do Brasil traz a esta discussão e agradece muito o que tem podido escutar, porque isso já nos serve muito para esclarecer a idéia que tínhamos ao formular esta proposta.

PRESIDENTE. A Presidência deseja fazer uma cautelosa observação.

Pelo sentido geral da discussão, das conversações, da análise inicial, parecem abrir-se caminhos de coincidência sobre um ponto essencial: tudo será matéria de discussão, nada estará proibido, ninguém tem a intenção, como Representante de país algum, de eludir a discussão de temas que se considerem fundamentais para tratá-los nas instâncias que assinalou, a meu entender com propriedade, o Senhor Representante da Argentina e, naturalmente, a eloquente exposição do Senhor Representante do Brasil, em minha opinião, esclarece, suaviza, se assim se

mas

//

//

pode dizer, qualquer interpretação diferente da que tivéssemos podido ter quanto a que se transformasse em algo dilatório do objetivo central desta discussão, precisar, encontrar pontos de acordo ou de desacordo para submetê-los aos trâmites que acordamos.

Ofereço a palavra ao Senhor Representante da Colômbia e peço desculpas por esta digressão que, como digo, é fruto de meu cauteloso otimismo.

Representação da COLOMBIA (Augusto Zuluaga Salazar). Serei muito breve, Senhor Presidente.

Não é por coincidência que as Representações andinas não participaram desta Rodada que aqui se promoveu.

Desejariamos informar que o Protocolo Modificativo do Acordo de Cartagena está praticamente finalizado e que isso, logicamente, nos abriu um panorama bastante favorável para poder participar conjuntamente ou em nível de país destas importantes discussões.

Senhor Presidente, temos alguma informação de que muito em breve a Comissão se reunirá para ajudar-nos em Montevidéu neste Processo; não me atreveria a falar de posição conjunta mas sim, pelo menos, de elementos de juízo para facilitar nossa ação para poder, inclusive, favorecer alguns acordos que estamos necessitando com urgência.

Independentemente disso, todos sabemos que a Colômbia esteve, e através de toda esta Rodada, em uma situação bastante particular, derivada fundamentalmente de sua situação de desequilíbrios. Vemos, depois de uma leitura do documento preparado pela Secretaria, que ali se insiste em repetidas ocasiões em que neste tema de desequilíbrios não houve progressos, e se repete novamente que não houve progressos e não houve progressos.

Vimos tanto a eliminação de restrições não-tarifárias como a substituição de importações ou desvio de comércio e a preferência tarifária regional aprofundada, como um pacote unido às normas de cláusulas de salvaguarda e de origem a um programa de correção de desequilíbrios. Sobre isso, nossa posição foi muito enfática e tivemos instruções muito precisas nesse sentido. Não é por ser um elemento de distorsão das discussões, somente trago à tona essa situação muito conhecida pelos Senhores. Sobre estes temas principais tivemos uma posição muito particular que formularemos em seu momento.

Vemos, Senhor Presidente, como uma contribuição muito positiva a proposta do Brasil, mas a vemos, como aqui foi expressado, como uma carta a ser jogada no momento em que os Senhores Representantes de Alto Nível decidam que definitivamente os acordos maiores não se podem celebrar nesse último esforço. Enquanto isso, estamos de acordo com a Argentina em que vamos a analisar os principais temas e que estaríamos dispostos a dar nossa melhor contribuição para analisar, no foro que os Senhores decidirem, ou no Comitê de Coordenação e Negociações, etc, ou nos diferentes Subcomitês, os pontos principais.

Representação do PARAGUAI (Antonio Félix López Acosta). Creio que devemos deixar bem claro, Senhor Presidente, se vamos a trabalhar na Rodada Regional de Negociações, no Comitê de Coordenação, para prosseguir os trabalhos que do momen

mas

//

//

to de seu início sabíamos não podiam culminar em toda sua extensão para a reunião do Conselho de Ministros; essa era uma premissa que já tínhamos adotado no mesmo dia de iniciar nossos trabalhos neste Comitê de Coordenação, ou se vamos trabalhar exclusivamente já com vistas ao que será tratado na Reunião do Conselho de Ministros. Se assim for, considero que deveríamos começar a analisar o documento preparado pela Secretaria, que é o relatório deste Comitê de Coordenação. E, paralelamente, progredir naqueles temas que pareceria que a maioria dos países estamos dispostos a negociar, que foi a idéia tomada em relação com estes temas.

Desejo adiantar que a Representação do Paraguai está em condições de negociar os temas tratados na Reunião de Alto Nível em Acapulco.

Em relação com os demais, desejo manifestar que efetivamente, e em seu momento, adiantamos à Representação do Brasil que o projeto que tinha distribuído era de singular importância e que era uma alternativa caso não pudessemos chegar a conclusões.

Sou otimista e creio que parte da resolução preparada pela Representação do Brasil será superada.

Representação da BOLÍVIA (Alfonso Revollo). Igualmente, desejo expressar o interesse com que lemos o documento preparado pela Secretaria quanto aos diferentes temas que devemos tratar nesta etapa preparatória para a reunião do conselho de Ministros.

Em seu momento exporemos nosso critério sobre cada um desses pontos para a formulação dos critérios respectivos que devam ser encaminhados à reunião preparatória de Representantes de Alto Nível e à própria reunião do Conselho de Ministros.

Em termos gerais, estamos de acordo em que continue progredindo em todos os temas que sejam de mais fácil alcance para apresentá-los da melhor maneira elaborada possível à Reunião de Alto Nível e à Reunião do Conselho de Ministros, posteriormente. Pensamos, que isso não tira, no entanto, a grande utilidade, o grande valor, do papel apresentado pela Representação do Brasil. É lógico, e podemos prever desde já, que embora trabalhemos decididamente, a partir de hoje se poderá progredir certamente em alguns temas, mas em outros, indubitavelmente, não se progredirá até um grau adequado.

De maneira que é perfeitamente aceitável a idéia de uma previsão como se formula no papel do Brasil, por exemplo, para que a Rodada continue, posteriormente, considerando aqueles aspectos em que até a fase da Reunião do Conselho de Ministros não tenham solução adequada.

Em termos gerais, estamos de acordo também na consideração do papel da Representação do Brasil, devendo contribuir com critérios em detalhe sobre cada ponto, no momento em que se comece essa discussão desdobrada.

É lógico que as diferentes Representações emitam seu critério com base naqueles pontos de seu maior interesse. Escutamos os temas formulados nesta oportunidade nesta reunião e pensamos que a partir de agora é necessário e útil deixar em claro que aqueles aspectos relacionados com o sistema de apoio aos países de

mas

//

//

menor desenvolvimento econômico relativo, de cooperação, da lista de abertura de mercados, etc, devem ser devidamente considerados e incluídos na temática a considerar.

PRESIDENTE. Vejo que não há nenhum outro Representante que deseje fazer uso da palavra. Permitir-me-ia, então, neste estado da discussão, da análise, fazer a seguinte pergunta: "teríamos duas possibilidades, convocar uma nova reunião para esta mesma semana, o que estaria muito relacionado com nossa organização e pouco com nosso sentido prático, e em segundo lugar, como se se tratasse de uma espécie de seminário que nos autodecretássemos este fim de semana, com alguma concorrência à praia, se os Senhores Representantes assim o consideram, poderiamos vir na segunda-feira e dedicar-nos toda a semana a trabalhar nisto.

Realmente, e muito sério, não temos mais tempo ou muito tempo. A conversação de hoje nos demonstrou com absoluta clareza que há cinco ou seis pontos, para mencionar muito por cima, que merecem uma reflexão adequada e aos quais, se dedicamos todo nosso esforço, estou completamente certo de que chegaremos a duas conclusões igualmente práticas: ou a um acordo total ou a um desacordo total, que também está contemplado nas nossas perspectivas. Oxalá o primeiro supere o segundo.

De maneira que, se me permitem, pelo que estou observando, penso que a fórmula de segunda-feira próxima, continuo, talvez seja a mais indicada a fim de que as respectivas Representações tenham tempo para fazer internamente uma avaliação dos pontos que foram objeto de um progresso informativo ou de discussão sumamente interessante; todos os Representantes contribuíram com pontos realmente sérios e concretos sobre estes temas, para vir aqui na segunda-feira a tratar de concretizá-los.

Se os Senhores não têm inconveniente, encerraria a sessão com esse pedido e, naturalmente, talvez algumas consultas que possam ser feitas rapidamente aos respectivos organismos governamentais.

Se não houvesse observação, se se considerasse que a Presidência, que não faz nada diferente senão tratar de interpretar os Senhores, apesar de seu caráter de interina, já que nesse caso fez o próprio, agradeceríamos me dissessem se há observação em contrário.

Não havendo observação em contrário, Senhor Presidente, então convocamos para a segunda-feira próxima, na esperança de que sejam apresentadas propostas muito concretas e com a suficiente clareza de que os temas continuam totalmente abertos à consideração, sem nenhuma exclusão, à consideração deste Comitê, tal como se deduz do primeiro exame de hoje.

Representação da ARGENTINA (Ricardo Oscar Campero). Pediria que para os efeitos da reunião da segunda-feira, ou do processo que iniciamos na segunda-feira, fixemos prioridade de temas ou, em última instância, uma ordem do dia a fim de vir preparados. Nesse caminho, sugiro que na segunda-feira analisemos a preferência tarifária regional de dez por cento -iniciação, logicamente, a análise corespondente- e o programa de substituição de importações com sessenta por cento de preferência tarifária regional.

mas

//

//

PRESIDENTE. A Argentina, dentro do tema, aceitando a proposta da segunda-feira, como creio está aceita por todos, sugere que dentro da ordem do dia esteja o da preferência tarifária regional e o de sessenta por cento.

Parece existir acordo sobre esses dois temas. Estarão incluídos na ordem do dia.

SECRETARIO-GERAL. Minha intervenção é no mesmo sentido que a do Senhor Representante da Argentina, ou seja, fixar já um ponto de partida para o temário e, ao mesmo tempo, também, para esclarecer algumas intervenções.

Trabalharíamos em nível de Comitê de Coordenação, ou seja, não nos abriríamos em Subcomitês porque, senão o trabalho vai se espalhar e não vamos poder concentrar-nos em nível de Comitê de Coordenação, em regime de sessão informal vamos reunir-nos a partir da segunda-feira todas as manhãs.

PRESIDENTE. Evidentemente, o Senhor Secretário-Geral fez uma observação completamente racional: será em nível de Comitê de Coordenação, porque o outro seria uma dilação totalmente insensata.

Consulto se é aceitável que nos reunamos a partir das dez e trinta horas, trabalhando também toda a tarde.

Não havendo outras intervenções, encerra-se a sessão.